

# Índice

<b>Introdução geral</b> .....	21
Porquê um manual de Economia do Trabalho? .....	21
Um manual pluralista e aplicado à realidade portuguesa .....	22
Mapeamento teórico .....	23
Estrutura do manual .....	25
Agradecimentos e autorias .....	27
<b>Capítulo 1. Conceitos e medição do trabalho</b> .....	29
Introdução .....	29
1.1. Trabalho e emprego .....	30
1.1.1. Definições — trabalho e emprego .....	30
1.1.2. Os diversos tipos de relação de trabalho/emprego — caracterização e evolução recente .....	32
1.2. O lugar e a «utilidade» do trabalho .....	34
1.2.1. O trabalho, construção histórica? .....	34
1.2.2. O trabalho: fonte de utilidade ou desutilidade? .....	36
Caixa 1.1. Os trabalhadores das plataformas digitais ( <i>platform workers</i> )...	39
1.3. Como medir o trabalho? .....	41
1.3.1. Fontes estatísticas .....	41
1.3.2. Principais indicadores estatísticos .....	42
Caixa 1.2. Porque se registam diferenças entre os dados sobre o desemprego divulgados pelo INE e pelo IEF? .....	47
Glossário de conceitos estatísticos (ou indicadores) .....	49
Questões para discussão .....	50
Bibliografia .....	51

<b>Capítulo 2. O modelo neoclássico de oferta de trabalho</b> . . . . .	53
2.1. A escolha entre trabalho e lazer . . . . .	54
2.1.1. Utilidade e curvas de indiferença . . . . .	54
2.1.2. Restrição orçamental . . . . .	59
2.1.3. Maximização da utilidade . . . . .	61
2.1.4. Impacto nas escolhas por alterações no rendimento e nos salários . . . . .	63
Caixa 2.1. O efeito substituição e o efeito rendimento nas decisões de fecundidade . . . . .	66
2.1.5. O salário de reserva . . . . .	67
2.2. A curva da oferta de trabalho . . . . .	69
Caixa 2.2. O efeito da redução das horas de trabalho semanais nos salários e bem-estar . . . . .	73
2.3. A oferta de trabalho, a divisão do trabalho doméstico, a participação feminina no mercado de trabalho e a alocação do tempo ao longo do ciclo de vida . . . . .	74
2.3.1. Especialização de funções . . . . .	75
2.3.2. Divisão do trabalho doméstico . . . . .	76
2.3.3. A participação feminina no mercado de trabalho . . . . .	78
2.3.4. Alocação do tempo ao longo do ciclo de vida . . . . .	81
Questões para discussão . . . . .	84
Bibliografia . . . . .	85
<b>Capítulo 3. A procura de trabalho</b> . . . . .	87
3.1. A função produção . . . . .	87
3.1.1. Produto marginal e produto médio do trabalho e do capital . . . . .	88
3.2. Maximização do lucro em concorrência perfeita . . . . .	91
3.3. A decisão de contratação da empresa no curto prazo . . . . .	91
3.3.1. Curva da procura de trabalho de curto prazo da empresa . .	93
3.3.2. Curva da procura de trabalho de curto prazo do mercado . .	94
3.3.3. Elasticidade da procura de trabalho . . . . .	95
3.4. A decisão de contratação no longo prazo . . . . .	95
3.4.1. Isoquanta e taxa marginal de substituição técnica . . . . .	95
3.4.2. Isocusto . . . . .	97
3.4.3. Minimização de custos . . . . .	98
3.5. Curva da procura de trabalho no longo prazo . . . . .	100
3.5.1. Efeito substituição e efeito escala . . . . .	103

## ÍNDICE

3.5.2.	Elasticidade da procura de trabalho: curto vs. longo prazo .	105
3.5.3.	Elasticidade de substituição (de fatores) . . . . .	107
3.6.	Procura de trabalho com vários fatores produtivos . . . . .	108
3.6.1.	Elasticidade cruzada da procura de fatores . . . . .	109
3.7.	Antecipação do equilíbrio . . . . .	110
Caixa 3.1.	Relação entre evolução dos salários e produtividade: um debate em aberto. . . . .	112
	Questões para discussão. . . . .	114
	Bibliografia . . . . .	114
 <b>Capítulo 4. Equilíbrio do mercado de trabalho: determinação dos salários e do emprego na ótica neoclássica . . . . .</b>		<b>115</b>
4.1.	Equilíbrio num mercado competitivo. . . . .	116
4.1.1.	Análise de eficiência. . . . .	117
4.1.2.	Mercado competitivo e mobilidade geográfica de trabalhadores. . . . .	119
Caixa 4.1.	Mobilidade do trabalho na UE: o (in)sucesso do mercado interno . . . . .	120
4.2.	Impacto de medidas de política. . . . .	121
4.2.1.	Salário mínimo. . . . .	121
Caixa 4.2.	Salário mínimo e emprego em Portugal . . . . .	124
4.2.2.	Impostos e subsídios . . . . .	126
4.3.	Imigração . . . . .	132
Caixa 4.3.	Imigração e mercado de trabalho em Portugal . . . . .	135
4.4.	Modelo de Cobweb . . . . .	136
4.5.	Mercados não competitivos . . . . .	138
4.5.1.	Monopsónio com discriminação perfeita . . . . .	139
4.5.2.	Monopsónio sem discriminação . . . . .	140
4.5.3.	Monopsónio e salário mínimo . . . . .	142
4.5.4.	Monopólio no mercado de produto . . . . .	143
	Questões para discussão. . . . .	145
	Bibliografia . . . . .	145
 <b>Capítulo 5. Capital humano . . . . .</b>		<b>147</b>
5.1.	Os fins dos investimentos em capital humano. . . . .	148
5.2.	A constante expansão dos níveis de ensino . . . . .	151
Caixa 5.1.	O atraso estrutural e a evolução recente da escolaridade dos portugueses. . . . .	152

ECONOMIA DO TRABALHO

5.3.	Escolhas individuais de educação . . . . .	153
5.3.1.	Agentes racionais, informação completa, decisões racionais	153
5.3.2.	O valor atual da educação . . . . .	155
5.3.3.	A decisão de investir em educação. . . . .	156
5.3.4.	A taxa interna de rentabilidade como critério de decisão. . .	158
Caixa 5.2.	Custos e benefícios de investir em educação em Portugal . . . . .	159
5.3.5.	Quanta educação?. . . . .	162
5.3.6.	Implicações empíricas . . . . .	164
5.4.	Investimentos em formação em contexto de trabalho . . . . .	167
5.4.1.	Capital humano genérico e específico . . . . .	168
5.4.2.	Quem paga os custos dos investimentos em formação? . . . .	170
5.5.	Uma perspetiva de ciclo de vida. . . . .	171
5.5.1.	Salários, experiência e aprendizagem ao longo da vida. . . .	171
5.5.2.	A complementaridade das políticas de formação de capital humano ao longo da vida . . . . .	175
5.6.	A educação como um sinal. . . . .	178
5.6.1.	Pressupostos da teoria da sinalização . . . . .	178
5.6.2.	Equilíbrio . . . . .	179
5.7.	Os retornos sociais dos investimentos em educação. . . . .	183
5.7.1.	Externalidades positivas e financiamento público da educação	183
5.7.2.	Externalidades negativas dos investimentos em educação. .	184
5.7.3.	Estimativas dos retornos sociais da educação . . . . .	184
5.7.4.	Estimativas de externalidades monetárias e não-monetárias da educação. . . . .	186
5.7.5.	Mais produtividade ou pura sinalização? . . . . .	188
	Questões para discussão . . . . .	190
	Bibliografia . . . . .	191
	<b>Capítulo 6. Abordagens keynesianas: procura agregada e emprego. . . . .</b>	<b>193</b>
6.1.	Desemprego — abordagem macroeconómica . . . . .	194
6.1.1.	Principais pressupostos teóricos de Keynes . . . . .	194
6.1.2.	Principais linhas de rutura com os postulados neoclássicos	196
6.1.3.	Procura agregada e efeito multiplicador . . . . .	197
6.1.4.	Equilíbrio entre procura e oferta agregada — o equilíbrio de subemprego. . . . .	202
6.1.5.	Políticas macroeconómicas. . . . .	206
Caixa 6.1.	As estimativas do efeito multiplicador e do NAIRU — A falibilidade dos indicadores económicos . . . . .	209

## ÍNDICE

6.2.	A curva de Phillips: interpretações teóricas e evidência empírica . . .	211
6.3.	Regimes de crescimento — a abordagem pós-keynesiana . . . . .	215
6.3.1.	Distribuição do rendimento e crescimento: abordagem conceptual . . . . .	215
6.3.2.	Regimes de crescimento económico liderados pelos salários ou pelos lucros? . . . . .	218
Caixa 6.2.	O «acordo com a <i>troika</i> » assinado por Portugal em 2011 e o Plano de Recuperação e Resiliência de 2020 — A falibilidade das teorias económicas . . . . .	222
Caixa 6.3.	Plano de luta contra as alterações climáticas dos Estados Unidos — uma «viragem doutrinal» . . . . .	224
	Questões para discussão . . . . .	227
	Bibliografia . . . . .	227
	<b>Capítulo 7. Abordagens institucionalistas . . . . .</b>	<b>229</b>
7.1.	Abordar a Economia do Trabalho através das instituições . . . . .	230
7.2.	O legado de John R. Commons . . . . .	232
7.3.	As macroinstituições do mercado de trabalho . . . . .	235
7.4.	Abordagens institucionalistas contemporâneas: o estudo comparado dos sistemas socioeconómicos . . . . .	238
Caixa 7.1.	Convergência ou divergência institucional? . . . . .	244
7.5.	Mercados internos de trabalho . . . . .	247
7.5.1.	Definição e origem . . . . .	247
7.5.2.	Regras e procedimentos de afetação e de fixação do salário . . . . .	249
Caixa 7.2.	Mercados internos de trabalho na administração pública . . . . .	252
7.5.3.	Acerca da erosão dos mercados internos de trabalho . . . . .	253
Caixa 7.3.	Erosão ou evolução dos mercados internos de trabalho nas empresas privadas? . . . . .	255
	Questões para discussão . . . . .	257
	Bibliografia . . . . .	257
	<b>Capítulo 8. Segmentação do mercado de trabalho: abordagens teóricas e análises empíricas . . . . .</b>	<b>259</b>
8.1.	Teoria da segmentação do mercado de trabalho: princípios gerais . . .	260
8.2.	A diversidade das relações de emprego . . . . .	263
Caixa 8.1.	Formas atípicas de emprego . . . . .	265
8.3.	Competição pelo emprego e formação na empresa . . . . .	266

## ECONOMIA DO TRABALHO

8.4.	Segmentação do mercado de trabalho: resultados de estudos empíricos . . . . .	267
8.4.1.	Segmentos no mercado de trabalho — tipologia de empregos . . . . .	268
8.4.2.	A relação entre tipo de contrato e salário . . . . .	269
8.4.3.	Segmentação e discriminação no mercado de trabalho: diferenças salariais entre homens e mulheres . . . . .	270
Caixa 8.2.	Indicadores e métodos para estudar a discriminação no mercado de trabalho . . . . .	271
8.4.4.	Segmentação geracional do mercado de trabalho: a situação dos jovens . . . . .	280
Caixa 8.3.	Como tem evoluído o nível de segmentação do mercado de trabalho em Portugal? . . . . .	285
8.5.	A teoria <i>insider-outsider</i> : os efeitos da regulação do mercado de trabalho . . . . .	287
Caixa 8.4.	Em Portugal, o nível de «rigidez» da legislação de proteção no emprego é elevado? . . . . .	291
	Questões para discussão . . . . .	294
	Bibliografia . . . . .	294
	<b>Capítulo 9. Relações laborais e democracia no trabalho . . . . .</b>	<b>297</b>
9.1.	A relação de emprego . . . . .	298
9.2.	As relações laborais . . . . .	302
9.2.1.	Atores e processos das relações laborais . . . . .	302
9.2.2.	Associação entre relações laborais e desempenho económico . . . . .	307
9.3.	A democracia no trabalho . . . . .	310
9.3.1.	O conceito de democracia no trabalho . . . . .	310
9.3.2.	Modelos de governo das empresas: codeterminação e democracia no trabalho . . . . .	313
9.4.	As relações laborais em Portugal . . . . .	317
Caixa 9.1.	Processos de negociação coletiva: o caso dos sectores têxtil e vestuário . . . . .	323
	Questões para discussão . . . . .	326
	Bibliografia . . . . .	326
	<b>Capítulo 10. Desigualdade, tecnologia e políticas de emprego . . . . .</b>	<b>329</b>
10.1.	Desigualdade salarial: medição e evolução . . . . .	332
10.2.	Tecnologia, capital humano e desigualdade . . . . .	338

## ÍNDICE

10.2.1. A corrida entre a educação e a tecnologia: a teoria Skill Biased Technological Change . . . . .	338
10.2.2. O efeito polarizador da tecnologia: a teoria da Routine Biased Technological Change . . . . .	340
Caixa 10.1. Estudos empíricos da hipótese RBTC — automação, procura de competências e salários . . . . .	343
10.2.3. Digitalização e desigualdade ao longo da distribuição de salários. . . . .	345
Caixa 10.2. Evolução da desigualdade intragrupo em Portugal, 2010–2019	346
10.2.4. Desajustamentos entre oferta e procura de qualificações . . .	349
Caixa 10.3. Medidas de desajustamento entre oferta e procura de qualificações em Portugal, 2010–2019 . . . . .	350
10.3. Estrutura salarial nas empresas e desigualdade. . . . .	355
10.4. Desigualdade e políticas públicas de emprego . . . . .	359
10.4.1. As políticas passivas de emprego . . . . .	360
10.4.2. As políticas ativas de emprego . . . . .	362
Questões para discussão . . . . .	364
Bibliografia . . . . .	365
<b>Notas biográficas . . . . .</b>	<b>369</b>